Meta

GESTÃO 2015-2019 SINDICATO PARTICIPATIVO E DE LUTA

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO - FUNDADO EM 1º DE MAIO DE 1917 - ANO 99 - EDIÇÃO Nº 161 - MAIO DE 2016

/sindimetalrio

Trabalhadores do Rio de Janeiro comemoram 1º de maio na Lapa

A festa pelo Dia Internacional do Trabalhador, desta vez, foi comemorada no dia 29 de abril, na Lapa. Foi uma grande homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras que constroem esse Brasil e mais um palco de luta contra os retrocessos representados pelos golpistas e conspiradores, no ato show realizado pela Frente Brasil Popular.

A atividade foi marcada pela presença de diversas lideranças de partidos políticos de esquerda, das centrais sindicais (CTB e CUT), de importantes sindicatos, movimentos de juventudes e outros movimentos sociais que se inserem na luta pela democracia e pela ampliação de direitos.

Fotos: Bruno Bou/CUCA UNE

Após as falas das entidades presentes, houve uma apresentação do cantor Arlindo Cruz, para comemorar antecipadamente a importantíssima data do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.

A direção do Sindimetal-Rio esteve presente e também aproveitou a data para comemorar os 99 anos do Sindicato. O presidente da entidade, Jesus Cardoso (foto ao lado), avaliou como muito importante a atividade dos trabalhadores e reafirmou a necessidade de continuar na luta contra o golpe e em defesa dos trabalhadores:

"A Frente Brasil Popular do Rio de Janeiro, junto com os sindicatos, centrais e movimentos sociais, fez um grande ato em defesa e comemoração do Dia do Trabalhador. Nosso Sindicato completa 99 anos de luta e mais uma vez estamos nas ruas para defender a democracia e os trabalhadores", declarou.

Editorial

Defender a democracia, nossos direitos e o emprego

O Brasil vive atualmente uma grave crise política. Por um lado, forças conservadoras, que reúnem o vice-presidente Michel Temer e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, entre outros, se uniram para dar um golpe em uma presidenta eleita democraticamente com mais de 54 milhões de votos. Por outro lado, o governo federal se encontra em uma crise, principalmente a partir da Operação Lava Jato. Essa situação fez com que empresas fechassem e o desemprego aumentasse, atingindo diretamente o setor metalúrgico.

Apesar das dificuldades do país, boa parte da população já começa a perceber que a possibilidade de golpe não ajudará o Brasil a resolver seus problemas. O instituto de pesquisas Vox Populi divulgou recentemente um levantamento onde revela queda substancial na popularidade de Michel Temer.

Para 32% dos 1.523 entrevistados em 97 municípios, entre os dias 27 e 28 de abril, a situação vai piorar num eventual governo golpista com Temer à frente. A maioria já começa a enxergar que o golpe não é a melhor solução, 66% pensam assim, principalmente depois de a mídia golpista começar a publicar as propostas de um suposto governo Temer. Para 29% o desemprego vai aumentar, enquanto 34% acreditam que os programas sociais piorarão e 32% acham que os direitos trabalhistas serão prejudicados.

É dentro deste contexto político que vamos realizar o 11º Congresso dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Nossa direção tem percorrido diversas empresas, elegendo delegados e delegadas que vão representar milhares de trabalhadores.

No congresso debateremos os últimos acontecimentos da conjuntura nacional e internacional, como também a situação do estado do Rio e a nossa organização sindical, procurando entender melhor o momento atual para as forças sindicais. Esses companheiros (as) eleitos para o congresso vão ajudar a traçar a política e a atuação do nosso Sindicato, que ruma para os 100 anos de luta ao lado dos trabalhadores e da democracia.

Alerta sobre as homologações

O Sindimetal-Rio alerta os trabalhadores sobre as homologações. Todos os trabalhadores com mais de 12 meses de serviço devem fazer a homologação no Sindicato. Aqueles que tiverem tempo menor podem ter orientação com a entidade sindical. Recentemente, recebemos uma denúncia de um trabalhador que fez a homologação em um escritório, de uma pessoa que nada tinha a ver com o Sindicato. Portanto, todos devem estar atentos para esta questão.

Expediente
Meta é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos RJ www.metalurgicosrj.org.br
Tiragem: 10 mil exemplares Presidente: Jesus Cardoso Reis dos Santos
Secretaria de Comunicação: Indalécio Wanderley Silva
Jornalista responsável: Marcos Pereira - JP 24308 RJ Diagramação: Paloma Oliveira
Endereço: Rua Ana Neri, 152, São Cristóvão. Tel: (21) 3295-5050

Congresso golpista prepara o bote: 55 projetos ameaçam os direitos dos trabalhadores

Desde 1988, ano de promulgação da Constituição Cidadã, mesmo em governos com compromissos neoliberais, não se identificou um número tão expressivo de proposições tramitando no Congresso Nacional que representassem retrocesso e ameaça a direitos e à democracia.

Diante desse quadro preocupante e de quantitativo simbólico, já que o número de ameaças pode ser maior, a assessoria do DIAP fez um levantamento das principais matérias tramitando no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) que tiveram movimentação nos últimos anos e/ou foram identificadas pelo órgão em razão da relevância e grau de polêmica dos temas envolvidos.

O objetivo desse levantamento é lançar luz sobre as atividades do Parlamento, chamar atenção do movimento sindical, em particular, e da sociedade, em geral, para a possibilidade iminente de retirada, flexibilização ou até mesmo eliminação de direitos duramente conquistados ao longo da história no Brasil.

1.Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado);

2.Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara);

3.Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);

4.Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara);

5.Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 – Câmara);

6.Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 – Câmara);

7.Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (PL 7341/2014 – Câmara);

8.Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 – Câmara);

9.Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3785/2012 – Câmara);

10. Estabelecimento do Código de Trabalho (PL 1463/2011 – Câmara);

11. Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 – Câmara);

12. Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6411/2013 – Câmara);

13. Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores (PL 6906/2013 – Câmara);

14. Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante

das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado);

15. Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara);

16. Extinção da contribuição social de 10% para demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado);

17. Susta a Norma Regulamenta (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado);

18. Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5140/2005 – Câmara);

19. Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara);

20. Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 – Câmara);

21. Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 – Câmara);

22. Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara);

23. Estabelecimento do trabalho de curta duração (PL 3342/2015 – Câmara);

24. Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal (PEC 127/2015 – Senado);

25. Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, as regras do Código de Processo Civil (PL 3871/2015 – Câmara);

26. Reforma da execução trabalhista (PL 3146/2015 – Câmara).

27. Substitutivo apresentado na CAPADR estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural (PL 5288/2009 – Câmara);

28. Alteração da Lei 5.889/1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização (PLS 208/2012 – Senado);

29. Alteração da Lei no 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse (PLS 251/2010 – Senado);

30. Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 107/2011 – Senado);

31. Regulamentação da compra de terra por estrangeiros (PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 – Câmara);

32. Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício (PLC 34/2015 – Senado).

33. Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 – Câmara);

34. Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 – Câmara);

35. Criação do Estatuto das Fundações Estatais (PLP 92/2007 – Câmara);

36. Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara); e

37. Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 – Câmara);

38. Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal (PL 6726/2013 – Câmara);

39. Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão (PL 6726/2013);

40. Estabelecimento de independência do Banco Central (PEC 43/2015 – Senado);

41. Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 – Senado);

42. Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos (PLS 388/2015 – Senado);

43. Estabelecimento do Código de Mineração (PL 37/2011 – Câmara);

44. Demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000);

45. Cancelamento da política de Participação Social (PDS 147/2014 – Senado);

46. Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde (PL 5069/2013 – Câmara);

47. Retirada do texto das políticas públicas do termo “gênero” e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas (MPV 696/2015 – Senado);

48. Instituição do Estatuto do Nascituro – provavelmente maior ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Seria concretizada a criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal (PL 478/2007 – Câmara);

49. Instituição do Estatuto da Família – retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família – ficam fora do alcance de políticas do Estado (PL 6583/2013 – Câmara);

50. Redução da maioridade penal (PEC 115/2015 – Senado);

51. Instituição do Estatuto do desarmamento (PL 3722/2012 – Câmara);

52. Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais (PLS 513/2011 –Senado);

53. Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo (PLS 2517/2015 – Senado);

54. Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais (PRC 191/2009 – Câmara); e

55. Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF (PEC 99/2001 – Câmara).

Fonte: DIAP

Rumo aos 100 anos – Nossa história

1º de maio: a data histórica da fundação do Sindimetal

Inauguração em 1º de maio

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro foi fundado em 1º de maio de 1917. Nascido como União Geral dos Metalúrgicos, reorganizado posteriormente em 1932 como entidade sindical, o Sindimetal-Rio é o primeiro sindicato operário metalúrgico criado no Brasil. Dois meses após sua fundação, a entidade aderiu a um grande movimento grevista liderado pela Federação Operária. A paralisação envolvia grande parte do proletariado industrial do então Distrito Federal em luta pela jornada de oito horas de trabalho e aumento salarial, entre outras conquistas.

A greve de 1917 foi resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarcosindicalista aliada à imprensa libertária. Esta mobilização operária foi uma das mais abrangentes e longas da história do Brasil. O ano de 1917 também foi marcado pelo simbolismo da Revolução Russa para a classe operária mundial.

Nos anos seguintes, o Sindimetal-Rio participou ativamente das lutas em defesa da jornada de trabalho de oito horas diárias, as férias, a aposentadoria especial, o 13º salário, dentre outras tantas conquistas. Também se destacam as lutas em prol do desenvolvimento econômico e social do país, como as campanhas O Petróleo É Nosso (anos 1950).

Ainda na década de 1950, o trabalho desenvolvido no seio da categoria era bastante intenso, sustentado por diversas comissões de fábrica. Uma importante campanha empreendida foi a da construção do “Palácio dos Metalúrgicos”, custeada pela doação de um dia de trabalho dos metalúrgicos. A sede do Sindicato, na Rua Ana Néri, 152 (Benfica), é tombada pelo patrimônio histórico e foi local de eventos significativos para o país e a cidade. A sede, ainda hoje em funcionamento, foi inaugurada em 1º de maio de 1959.

Repressão e redemocratização

Na Ditadura Militar, apesar de toda repressão, os metalúrgicos ainda realizaram eleições para a direção nos anos de 1970 e 1980. Para isso se utilizaram de nomes desconhecidos, pois as lideranças tinham os nomes barrados pelo Ministério do Trabalho. Dentro deste clima, o Sindimetal-Rio liderou grandes campanhas e greves na categoria, buscando garantir aumentos salariais.

O período de redemocratização, a partir de 1985, foi um momento de embates em defesa do desenvolvimento econômico. O Sindicato participou ativamente da campanha pelas Diretas Já, depois pelo Fora Collor. Em 1998, o Sindicato recebeu um ato de unidade das forças da esquerda com a presença dos então candidatos à presidência Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, quando ambos se comprometeram com o soerguimento do setor naval brasileiro.

Olhar para o futuro

Nos últimos anos, a direção do Sindimetal-Rio passou por grandes mudanças, com a entrada de novos trabalhadores na categoria. Neste novo período do país, a categoria conseguiu fazer campanhas salariais vitoriosas, com aumento real para os metalúrgicos.

Com essa tradição de luta na defesa dos trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos caminha para o seu centenário, firme e ousado, consciente do seu papel e buscando sempre a valorização do trabalhador e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a sociedade socialista.

Posse Solene 1955-1957